

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais em duas salas da Rede Municipal do Recife na Percepção das Professoras do AEE

Maria Zildelaine de Queiroz Santos¹
Rozeli de Farias²
Lúcia Maria de Andrade da Silva Caraúbas³

Resumo

A educação inclusiva é um processo em construção social, e coletiva, que merece um olhar sensível e comprometido com a busca de solucionar questões relacionadas em entraves/barreiras que comprometam o desenvolvimento do indivíduo. O objetivo do presente artigo é refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recurso Multifuncional (SRMF) em duas escolas da Rede Municipal do Recife. Nesse sentido, buscou-se investigar a percepção de duas professoras especialistas sobre as condições de ensino organizadas para os alunos com deficiência em duas salas de SRMF na rede municipal de Recife, como contribuição ao AEE. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas e observações da prática de duas professoras nas SRMF. Os resultados revelaram que existe a necessidade de articulação do AEE com a sala regular, com a gestão, com os pais e com os envolvidos na escola.

Palavras-chaves: Salas de Recursos Multifuncionais. Inclusão. Atendimento Especializado Educacional.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - zildelaine@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - roze_farias@hotmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais - Centro de Educação - UFPE. lmcaraubas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estudar a educação escolar das pessoas com algum tipo de deficiência nos remete não apenas a questões referentes a limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes das pessoas. Desse modo, as pessoas com deficiência enfrentam inúmeros obstáculos para participar da educação escolar, decorrentes tanto da deficiência, como da maneira como se organizam as propostas educacionais. Por esta razão, muitas crianças são prejudicadas pela falta de adequação do trabalho ao potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e cultural levando-os a perdas consideráveis no seu desenvolvimento e aprendizagem.

Faz alguns anos que o Ministério da Educação – MEC, frente ao paradigma da educação inclusiva criou o Atendimento Educacional Especializado – (AEE) que estimula o desenvolvimento de habilidades extracurriculares no ensino regular inclusivo. Que quando convenientemente interpretadas e asseguradas nas escolas, o AEE pode promover mudanças no ensino, atendendo assim os requisitos de uma educação para todos.

Este estudo surgiu de diversas indagações como: Quem é o profissional que atua nas salas do AEE? O atendimento contribui com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência? Diante dessas questões foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa, bem como de observação e entrevistas semiestruturadas com duas professoras de Atendimento Educacional Especializado - AEE para coleta de dados e análises.

Visando contribuir com o debate sobre a inclusão educacional e, com isso, fomentar novos estudos com vistas a uma escola que se pautar no respeito à diversidade e aos direitos humanos. Este artigo objetiva investigar a percepção de professoras especialistas sobre as condições de ensino organizadas para os alunos com deficiência em duas salas de recursos multifuncional do ensino regular na Rede Municipal de Recife, como contribuição ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Com esse artigo desenvolvido, esperamos contribuir com o debate sobre a prática dos professores nas salas de recursos multifuncionais em escolas da Rede Municipal do Recife, para possíveis pesquisas e discussões futuras.

1. Considerações Iniciais sobre Inclusão Social

Nunca o tema da inclusão esteve tão presente no nosso dia-a-dia. Ele perpassa pelo atendimento das necessidades de todas as pessoas que de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade.

Para que se faça a inclusão social, é preciso garantir direitos a partir de uma sociedade inclusiva que vise incluir todas as pessoas sem restrição de raça, religião, e deficiências ou até mesmo de classe social. Um dos princípios que rege esses fundamentos é o de direito garantido a todos e de ordem de inclusão social acerca de direitos estabelecidos que garantam o respeito a todos.

Para Sasaki (1997) defende que uma

[...] sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidades cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência do direito (p.166).

Dentro dessa afirmação, se faz necessário que a sociedade inclusiva, esteja ligada a uma “igualdade” para todos, que os direitos sejam legitimados aos indivíduos de todas as classes, as quais estejam inseridas dentro da sociedade a qual fazem parte “A sociedade para todos, conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender as necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias dos privilegiados aos marginalizados”. (WERNECK, 1997, p.21)

Por isso, a inclusão social significa os excluídos tenham direitos garantidos, e não apenas uma minoria, que respeitem as diferenças, pois uma sociedade inclusiva acolhe a diversidade humana, no que diz respeito às desigualdades em muitos aspectos, seja ela, em relação à desigualdade racial, religiosa, de classe social como também no que diz respeito às limitações de cada sujeito.

E ainda segundo Sasaki:

[...] uma sociedade inclusiva vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (1997, p.169)

Visto ainda que nessa afirmação existe uma necessidade por parte de todos de uma sociedade em criar condições que contemplem as diferenças nas singularidades de cada sujeito para que todos os indivíduos com ou sem deficiências sejam incluídos dentro da sociedade, exercendo sua cidadania, de modo que a educação inclusiva seja para todos, respeitando suas diferenças e limites.

Diante disso, é necessário uma preparação para desenvolver esse trabalho juntamente com todo corpo escolar, segundo o documento orientador do programa implantação de Salas de Recursos multifuncionais (2010, p.9) retrata o seguinte:

O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Por isso, a escola necessita de cuidados ao se referenciar sobre todos os sujeitos da escola, e assim as escolas ao invés de construir igualdade plena para os alunos com deficiência ou sem, muitas vezes constroem barreiras atitudinais na escola no que se refere a estigmas, preconceitos, marginalizando os sujeitos, mesmo que nem a perceba.

Segundo Lima e Silva (2012, p.5)

As barreiras atitudinais, porém, nem sempre são intencionais ou percebidas. Por assim dizer, o maior problema das barreiras atitudinais

está em não as removermos, assim que são detectadas. Exemplos de algumas dessas barreiras atitudinais são a utilização de rótulos, de adjetivações, de substantivação da pessoa com deficiência como um todo deficiente, entre outras.

Nesse foco, as barreiras atitudinais quando concentrada no espaço escolar, os comportamentos atitudinais dos profissionais da educação, corrobora, nesse sentido, para uma série de problemas que atrapalham o desenvolvimento do educando, e que, mesmo sem percebido, contribuem para desenvolver conflitos na relação interpessoais dentro e fora âmbito escolar. Ainda segundo Lima e Silva (2012, p. 5, 6 e 7)

Também constituem barreiras atitudinais na escola (ou em outros espaços sociais) aquelas que se apresentam na forma de:

- Ignorância: desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência.
- Medo: ter receio de receber a um aluno com deficiência, ou mesmo a um outro profissional da Educação que apresente alguma deficiência; temer em “fazer ou dizer a coisa errada” em torno de alguém com uma deficiência.
- Rejeição: recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência, um aluno, familiares deste ou outro operador da educação.
- Percepção de menos-valia: avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte.
- Inferioridade: acreditar que o aluno com deficiência não acompanhará os demais. Isso é incorrer num grave engano, pois todas as pessoas apresentam ritmos de aprendizagem diferentes. Assim sendo, ninguém acompanha ninguém; cada um faz seu percurso singularmente, mesmo a proposta docente sendo coletiva e una.
- Piedade: sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras em relação ao aluno com deficiência. Estimular a classe a antecipar-se às pessoas com deficiência, realizando as atividades por elas, atribuindo-lhes uma pseudo-participação.
- Adoração do herói: considerar um aluno como sendo “especial”, “excepcional” ou “extraordinário”, simplesmente por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer; elogiar, exageradamente a pessoa com deficiência pela mínima ação realizada na escola, como se inusitada fosse sua capacidade de viver e interagir com o grupo e o ambiente.
- Exaltação do modelo: usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante os demais.
- Percepção de incapacidade intelectual: evitar a matrícula dos alunos com deficiência na instituição escolar, não deixando que eles demonstrem suas habilidades e competências. Achar que ter na sala de aula um aluno com deficiência é um fato que atrapalhará o desenvolvimento de toda a turma.
- Efeito de propagação (ou expansão): supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade. Por exemplo, achar que a pessoa com deficiência auditiva tem também deficiência intelectual.

- **Estereótipos:** pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência, construindo generalizações positivas e/ou negativas sobre as pessoas com deficiência.
- **Compensação:** acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma; minimizar a intensidade das atividades pedagógicas; achar que os alunos com deficiência devem receber vantagens.
- **Negação:** desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem.
- **Substantivação da deficiência:** referir-se à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Ex: o deficiente mental, o cego, o “perneta”, etc. Essa barreira faz com que o aluno com deficiência perca sua identidade em detrimento da deficiência, fragilizando sua auto-estima e o desejo de aprender e estar na escola.
- **Comparação:** comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou em relação ao aluno sem deficiência, colocando este em posição superior ao primeiro. Na comparação, não se privilegiam os ganhos dos alunos, mas ressaltam-se suas “falhas”, “faltas” e “deficiências”.
- **Atitude de segregação:** acreditar que os alunos com deficiência só poderão conviver com os de sua mesma faixa etária até um dado momento e que, para sua escolarização, elas deverão ser encaminhadas à escola especial, com profissionais especializados.
- **Adjetivação:** classificar a pessoa com deficiência como “lenta”, “agressiva”, “dócil”, “difícil”, “aluno-problema”, “deficiente mental”, etc. Essa adjetivação deteriora a identidade dos alunos.
- **Particularização:** afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito, etc.; achar que uma pessoa com deficiência só aprenderá com outra com a mesma deficiência.
- **Baixa expectativa:** acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular. Muitos professores passam toda a vida propondo exercícios de cópia, repetição. Isso não ajuda o aluno a descobrir suas inteligências, competências e habilidades múltiplas.
- **Generalização:** generalizar aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional.
- **Padronização:** fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência; conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade, ajustando os padrões ou, ainda, esperar que um aluno com deficiência aprecie a oportunidade de apenas estar na escola (achando que, para esse aluno, basta a integração quando, de fato, o que lhe é devido é a inclusão).
- **Assistencialismo e superproteção:** impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, temendo que eles fracassem; não deixar que os alunos com deficiência explorem os espaços físicos da escola, por medo que se machuquem; não avaliar o aluno pelo seu desenvolvimento, receando que ele se sinta frustrado com alguma avaliação menos positiva.

Mediante a essas barreiras atitudinais, configura-se em marginalizar, bem como construir preconceitos oriundos de estigmas, e aí, elas surgem em nossa linguagem, tanto quanto em nossas atitudes ou omissões.

Assim como Sasaki diz

Educação inclusiva significa provisão de oportunidades eqüitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade (1997, p.122).

Por ser um direito, à educação inclusiva, é muito mais do que abraçar as diversidades, pois cada sujeito possui particularidades, diferenças que constituem uma sociedade heterogênea, multicultural. O que deve ser homogênea é o direito, sem excluir qualquer pessoa, pertencente ou não da mesma cultura. Para isso,

[...] a Educação em Direitos humanos deve lidar, necessariamente, com a constatação de que vivemos num mundo multicultural. Assim, a educação em Direitos Humanos deve afirmar que pessoas com diferentes raízes podem coexistir, olhar além das fronteiras de raça, língua, condição social e levar o educando a pensar numa sociedade hibridizada. (SILVA, 1995, p.97)

Tendo em vista esse olhar no campo educacional, a escola deve se adaptar a princípios de inclusão a todos os sujeitos inseridos, para então, poderem transformar o campo em inclusão escolar, desde o porteiro ao cozinheiro da escola. Enfim, envolvendo os profissionais da escola, para fazer valer leis e direitos de toda área discente. Isso vem mostrar que,

[...] o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando os alunos é que tem que se adaptar à escola. E ainda, a inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas demonstra apoio a todos que fazem parte da escola: professores, alunos e pessoal administrativo (DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2008, p.40).

Desse modo, é necessário que todos os centros educacionais construam, verdadeiramente, um olhar inclusivo; que não fique apenas em documentos legais

sobre leis e direitos, mas que se faça cumprir de fato essas obrigações necessárias para toda uma sociedade.

1.1 As Legislações no Brasil acerca da Sala de Recursos Multifuncionais

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivos, a oferta do atendimento educacional especializado, a formação dos professores, a participação da família e da comunidade e a articulação com as políticas públicas, para assegurar o acesso dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular.

A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 para todos os estudantes e a efetivação desse direito deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem qualquer distinção. Nesse sentido, os sistemas de ensino modificaram sua organização, assegurando aos estudantes da educação especial, a matrícula nas classes comuns e a oferta do AEE previsto no projeto político pedagógico da escola.

No sentido de atender este direito constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no artigo 4, inciso III, aponta que o Estado deve ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

No artigo 58, parágrafos 1, 2 e 3 da LDB 9394/96 a educação especial constitui-se uma modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para estudantes que possuem algum tipo de necessidades especiais. Este atendimento especializado está assegurado na lei a todos estudantes que sofrem com alguma deficiência/transtorno e altas habilidades, em salas especializadas, no espaço escolar ou serviços de atendimento especializados desde a educação infantil, conforme os parágrafos abaixo citados:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Para um trabalho integrado com profissionais qualificados a fim de atender estudantes com deficiência/transtorno nas salas de AEE, a LDB/96 assegura no artigo 59, inciso III que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse inciso fala da importância da formação continuada de professores de salas AEE atuarem de forma integrada com os educadores de salas do ensino regular.

Tomando como ponto de partida as legislações nacionais para implementar as SRMF à Rede Municipal do Recife estabelece que os alunos devem aprender a partir de suas aptidões e capacidades, em comum acordo com a escolarização organizada e com base nos saberes do ensino formal.

Nesse quadro a Rede Municipal do Recife oferece serviços da educação especial com vistas a assegurar condições de acesso ao currículo por meio da acessibilidade aos materiais didáticos, serviços e equipamentos, formas de comunicação e informação e demais atividades realizadas na escola.

1.2 A Inclusão de Pessoas com Deficiência, e Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais.

A inserção de pessoas com deficiência, não se caracteriza como inclusão escolar, visto que, para que se tome forma de inclusão, a escola deve se adequar as necessidades desses estudantes, adaptando de acordo com suas deficiências/transtornos, buscando o trabalho que visem à promoção dos educandos ao desenvolvimento pleno, através das tecnologias assistivas, como também recurso pedagógico de acordo com suas necessidades específicas, tendo acessibilidade, tanto na arquitetura, quanto aos procedimentos pedagógicos.

Para Pazian, Mendes e Cia, p. 218, 2014 apud Omote

[...] a mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos. Uma escola que só busca arranjo especial determinado pela presença de algum aluno deficiente e na qual a adequação é feita para as necessidades particulares dele não pode ser considerada propriamente inclusiva, (2004, p.6).

Numa perspectiva inclusiva, as salas de recursos multifuncionais dentro das escolas, devem oferecer condições que levem o sujeito, a superar suas necessidades particulares/específicas e desenvolver suas habilidades, promovendo o sujeito as mais variadas situações pedagógicas, com os diversos materiais que a sala de recurso multifuncional possa oferecer, permitindo experimentações, elevando seu potencial cognitivo, sendo assim inserindo culturalmente e socialmente, bem como, estimular seu desenvolvimento intelectual, físico e psicológico dentro do espaço escolar, com os diversos profissionais que lá existem.

De acordo com Pazian, Mendes e Cia (2014) as SRMF começam a ser uma realidade e tem recebido incentivos materiais e investido na formação profissional do professor para atuar nessas salas.

De acordo com Anjos (2011, p.4 e 5)

As salas de recursos multifuncionais fazem parte da ação do MEC, sendo desenvolvida com os estados e municípios, constituindo-se em um espaço para atendimento educacional especializado (AEE), tendo como objetivo oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo seu acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de algumas competências e habilidades próprias.

Com isso, é necessário que haja colaboração coletiva dos profissionais, bem como da família, para que possam integralmente construir e desenvolver os sujeitos, elevando o seu grau de desenvolvimento pleno, capacitando para cidadania, dentro da esfera social. Nesse sentido, a escola nesse contexto, deve envolver toda comunidade escolar/pais, para cumprimento de todos os direitos, as leis e as legislações, relacionadas para a inclusão dessas pessoas, que necessitam de ajuda em qualquer situação em que o limita e que comprometa seu avanço no seu desenvolvimento global.

É de suma importância que todos os agentes estejam envolvidos nesse processo, pois cada sujeito possui desenvolvimento diferente, e que a escola, é um espaço heterogêneo, ninguém aprende igual, e que os alunos possuem ritmos próprios. Segundo Soares e Sena

[...] cada criança tem o processo de desenvolvimento diferente, algumas aprendem com maior facilidade enquanto outras aprendem mais devagar. E nesse momento que é fundamental importância que o professor analise individualmente cada criança para poder adequar os conteúdos conforme a necessidade de cada um. As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam. Em alguns casos, as estratégias de ensino não estão de acordo com a realidade do aluno, (2011, p.04).

Partindo desse pressuposto, as escolas que possuem SRMF, devem desenvolver projetos que incluam os alunos deficientes/transtornos a partir de cada realidade, de suas diferenças e de suas limitações. O profissional especializado do AEE, em detrimento de sua função profissional, que deve interagir com os professores das salas regulares para juntos desenvolverem as habilidades e capacidades dos estudantes deficientes.

Assim o profissional do AEE, além de ser graduado, exigisse que possua especialização para que torne o trabalho mais consistente, normativo e inclusivo.

Para isso é necessário ter como ferramenta de apoio um ambiente que estimulem através dos mais variados materiais pedagógicos e específico para cada tipo de deficiência/ transtorno, com vistas ao desenvolvimento pleno, e ainda, oferecer condições de acessibilidade que permitam a sua inserção social dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo Cia e Rodrigues (2014), é importante, também, que exista um bom relacionamento entre os profissionais atuantes junto ao aluno – professor da sala comum e professor das SRMF e estes com a família - para que ocorra um atendimento melhor estruturado e que tenha mais eficácia, beneficiando ao aluno em questão.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através de abordagem qualitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se fundamenta na necessidade de entender a relação estabelecida entre o objeto da pesquisa e os sujeitos participantes. O método utilizado foi observação e entrevistas semiestruturadas com as duas professoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A escolha desse percurso metodológico se deu pela necessidade de estabelecer um contato mais próximo do campo delimitado, através de procedimentos de observação, com o objetivo de entender como funciona uma “Sala de Recursos Multifuncionais” – SRMF (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa foi dividida em dois momentos: num primeiro momento foi feita duas sessões de observação em que durava quatro horas, em média, por dia, nas duas escolas da Rede Municipal do Recife pesquisadas, cada professora atende até quatro crianças no contra turno.

Em um segundo momento foi realizado uma entrevista semiestruturada com professora da SRMF de cada uma das escolas. A escolha por esse tipo de entrevista se deu por permitir emergir, segundo Manzini (1990/1991), informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Para a análise dos dados, foram utilizadas como referência as três fases básicas da análise de conteúdo descritas por Bardin (1979), ou seja, a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

A análise das observações realizadas nas SRMF e das transcrições das entrevistas foi acompanhada de cuidadosas leituras das transcrições das entrevistas para só a partir daí iniciar as análises.

As análises e discussões dos resultados foram organizadas, inicialmente, com as observações realizadas na SRMF e depois com as entrevistas das professoras. Esse procedimento nos permitiu ter um entendimento mais detalhado dos recursos didáticos disponíveis, bem como possibilitou compreender qual é efetivamente o trabalho do professor da SRMF.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Observação na Sala de Recursos Multifuncionais

As duas escolas pesquisadas funcionavam em tempo integral e as professoras do AEE atendiam na SRMF no contra turno os alunos com algum tipo de deficiência ou transtornos. As observações foram feitas no horário da tarde com duração em média de quatro horas por dia. Cada atendimento realizado pela professora durava cerca de cinquenta minutos. As escolas e professoras serão aqui referidas como escola e professora **A** e escola e professora **B**.

A SRMF da escola **A** possuía um espaço relativamente amplo. O mobiliário era constituído por mesas e cadeiras e uma estante com livros didáticos e paradidáticos, tabletes, computadores comum e uma mesa interativa.

A SRMF da escola **B** possuía um espaço físico bastante reduzido. O mobiliário e equipamentos semelhantes ao da escola A. Nessa escola vimos ainda alguns jogos, brinquedos e material produzido pela professora.

Foram sujeitos desse estudo duas professoras formadas em Pedagogia com especialização em Educação Especial. Ambas tinham uma experiência de quinze anos em salas regulares, mas estava já há cerca dez anos atuando na Rede Municipal de Recife dos quais quatro anos no Atendimento Educacional Especializado em SRMF. Cada uma das professoras dessas escolas atendiam cerca de nove crianças com as mais diversas deficiências no contra turno.

Escolas	Número de Crianças por Turma
A	9
B	9

Quadro com detalhamento dos sujeitos observados

Na escola **A**, a Professora **A** atendia uma criança com deficiência intelectual, uma criança com baixa visão e outra cega, uma com surdez, outra com deficiência física, e duas com transtorno do espectro autista e uma com altas habilidades. A faixa etária dos alunos atendidos, nesta escola, tinha entre 12 e 17 anos. Na escola

B, a professora B atendia uma criança com deficiência intelectual, uma cega e uma com baixa visão, uma com surdez, uma com deficiência física, duas com transtorno do espectro autista, um com TDAH e uma com altas habilidades. A faixa etária dos alunos atendidos, nesta escola, tinha de 05 a 11 anos.

Tipo de Deficiências	Número de alunos na escola A	Número de alunos na escola B
Deficiência intelectual	1	4
Baixa visão	1	1
Cegueira	1	0
Surdez	1	0
Deficiência física	1	1
TEA	2	2
TDAH	1	1
Altas habilidades	1	1

Quadro com detalhamento dos sujeitos observados por escola e tipo de deficiência

Observação na Escola A

Na primeira sessão de observação a professora **A**, atendeu três alunos. A primeira aluna atendida era uma menina com surdez. Ela chegou à sala acompanhada de uma interprete de Libras. A professora **A** propôs a aluna escolher um livro na estante para que a interprete de libras pudesse contar a história em língua de sinais. O livro escolhido pela aluna foi (As Crônicas de Nárnia – O Cavalo e Seu Menino de Lewis, C. S.), mas foi substituído por outro livro (A bruxa mais velha do mundo de Elizete Lisboa) mais adequado a aprendizagem da aluna escolhido pela professora **A**.

O segundo atendimento deste dia foi com um menino com transtorno do espectro autista. Observamos que a criança era pouco oralizada, por esse motivo a professora propôs que trabalhasse com um aplicativo no tablet. O aplicativo levava a criança a relacionar as figuras aos sons das palavras. Inicialmente as palavras eram curtas como: bola, boné, bode e outras. Em seguida a professora propôs uma atividade de pintura, para estimular a concentração e o manuseio dos lápis. O atendimento foi interrompido, por alguns minutos, pela chegada de outra criança.

A chegada desse outro aluno deixou a criança que estava em atendimento muito agitada.

No terceiro e último atendimento desse dia a professora atendeu outro menino com transtorno do espectro autista. Essa criança articulava bem as palavras e formava algumas frases, mas apresentava dificuldades de coordenação motora. A professora **A** propôs, inicialmente, uma atividade na mesa interativa, que apresentava o som de uma letra e o aluno deveria identificar a letra e colocar na base do computador. Isso fazia aparecer figuras e palavras iniciadas com a letra apresentada. Depois a professora **A** mostrava uma figura e pedia que ela formasse a palavra com um alfabeto móvel.

No segundo dia de observação a professora **A** atendeu outros dois alunos. No primeiro atendimento desse dia atendeu um adolescente com transtorno do espectro autista ele foi recebido de modo afetuoso. Neste atendimento foi trabalhada a coordenação motora, a percepção e a concentração. A professora **A** propôs atividades: amarração de laço, abotoar e desabotoar botões, subir e descer fecho-éclair e amarrar cadarço. O segundo atendimento também foi com outro aluno com transtorno do espectro autista. Neste atendimento a professora fez atividades que envolveram recorte de figuras em revistas e também digitação de palavras ditadas pela professora.

Observação na Escola B

A professora **B** antes de começar o atendimento fala do pouco material oferecido pela prefeitura para trabalhar com as dificuldades dos alunos. Ela diz que muitos materiais usados na sala foram confeccionados por ela. Ela diz

Aqui abraçamos a inclusão de que todos deveriam ter esse apoio. [...] algumas escolas ficam a quem, mas o importante é que essas salas dão resultado para a sala regular, [...] fazemos o que podemos, ajudamos a ir além, porém não podemos resolver os problemas sociais, pois alguns pais são drogados e algumas mães não aceitam o que houve, é necessário muita conversa para convencê-las a deixar a criança a participar. (Depoimento professora B)

No primeiro dia de observação a professora **B** atendeu dois alunos. O primeiro aluno tinha diagnóstico de TDAH. A ele foi proposta atividades com a mesa interativa e jogos envolvendo relação do som a grafia das letras e formação de palavras. O segundo atendimento foi com um aluno com baixa visão. Neste atendimento a professora **B** procurou aumentar a fonte na tela do computador para trabalhar a identificação entre letras e números.

No segundo dia de observação a professora **B** atendeu um menino com transtorno do espectro autista. Nesse atendimento propôs no tablet um jogo com sílabas. Depois propôs atividade de escrita no caderno envolvendo escrita do nome e ditado de palavras e contas de somar e subtrair

Embora a sala fosse muito pequena achamos a professora **B** se mostrou “dinâmica” no trabalho com os alunos.

As observações realizadas nas SRMF das duas escolas mostraram que uma das escolas era pouco acessível para atender alunos com deficiência física, assim o acesso era limitado, percebemos a falta de acessibilidade, na estrutura arquitetônica, e não vimos corrimãos, rampas entre outros. A chegada também era de difícil acesso, pois ambas necessitam de mobilidade acerca da entrada, pois umas das escolas a rua não tem calçamento, a outra não tem guia de pedras para pessoas cegas. Além disso, as professoras que atendem nas SRMF observadas atendem crianças e adolescentes com todo tipo de deficiência. Embora as duas professoras possuíssem formação específica em Educação Especial, acreditamos que essa formação não consiga dar conta das especificidades de cada tipo de deficiência, transformando o atendimento em reforço do conteúdo curricular e não um complemento ou suplemento como deveria acontecer.

Assim, é imprescindível que tanto os cursos de formação inicial quanto os de formação continuada sejam realizados para que os professores das SRMF se apropriem dos conhecimentos específicos e que venham a contribuir de forma positiva para a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

3.2 Entrevistas Semiestruturadas com as Professoras das Salas de Recursos

Nas entrevistas, feitas com as professoras **A** e **B** foi feita perguntas sobre sua formação, experiência profissional e atuação na SRMF e como é feito o AEE. Para

análise dos depoimentos das professoras procuramos basear nas leituras de ANJOS (2011), da LDB (1996), do MEC/SEE (2008), de PAZIAN, MENDES E CIA (2014), e de SASSAKI (1997).

Na análise das respostas das professoras participantes foram identificadas em categorias como:

3.2.1 Ações desenvolvidas em relação às famílias

Segundo as professoras das escolas A e B a relação com famílias dos alunos atendidos na SRMF era bem variada. Elas mencionaram dificuldades em manter contato com as famílias, informou que alguns pais e familiares omitiam informações ou não trazem os filhos para o atendimento, o que acaba dificultando o trabalho. A professora **A** e **B** relataram que

[...] existe certa resistência não de todos os pais, mas sempre tem um ou dois que discorda do nosso trabalho, um dos fatores é esse a falta de reconhecimento sobre a inclusão, pois alguns pais pensam que inclusão é colocar a criança na escola e pronto e sempre que marcamos reunião para falar da importância de inclusão, da SRMF e das deficiências muitos faltam. (Professora A)

[...] os pais muitas vezes atrapalham não trazendo seus filhos, e nós da escola ficamos muito preocupados, ligamos para sua residência e uma das mães não aceita seu filho na sala. (Professora B)

Esses relatos apontam para uma necessidade de parceria da professora do AEE de estabelecimento de um relacionamento cordial com a família dos alunos, com vistas a proporcionar mais conhecimento das necessidades, hábitos e comportamentos dos alunos atendidos, bem como esclarecer dúvida ou responder a pergunta das famílias sobre o trabalho desenvolvido nas SRMF.

3.2.2 A participação da gestão nas salas de recursos

Quanto a relação do trabalho desenvolvido nas SRMF, pelas professoras do AEE, quanto a participação da gestão das duas escolas foi dito que:

[...] a gestão realmente se integra, ... corre atrás, ... elas são jovens tão com cabeça fresca... as duas apoiam muito, elas são mente abertas tudo que a gente falar, elas apoiam muito se tiver uma programação, ajuda tudinho... (Professora A)

*[...] a gestão administrativa, sempre está a par de tudo, comunicamos tudo no diário de bordo, e pedimos sempre a opinião da equipe gestora, para possíveis mudanças, até comuniquei da ampliação da sala e a importância de um espaço maior, segundo a gestão possibilidade existe, mas precisa de recurso e de espaço".
(Professora B)*

3.2.3 Sugestões para melhoria da relação com a família e com os professores das salas comuns.

Anjos (2011) defende que o papel do agente do AEE, é de criar condições plenas para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Isso exige uma integração dos pais e a comunidade escolar com princípios de inclusão, ofertando a família e a comunidade escolar no discurso do que venha ser a inclusão. Para ele,

Os professores que atuam nas salas de recursos devem participar de maneira colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno, (2011, p.5).

De acordo com Miranda (2008) a inclusão exige uma total mudança no cenário da escola, pois todos têm que se adaptar as condições específicas de cada aluno, ao contrário do que geralmente acontece os alunos é que têm que se adequar a escola, assim é necessário que se faça mudança no que se refere de fato a inclusão.

Nessa premissa, é necessário que todos da comunidade escolar/pais dialoguem a respeito de possibilidades de melhorias em termos de vários aspectos, materiais, psicológicos e pedagógicos, que comprometam o desenvolvimento dos educandos.

Assim quando perguntadas sobre (desafios e possibilidades no cotidiano na sala de recurso multifuncional (SRM), as professoras **A** e **B** responderam acerca das dificuldades com os pais, com os alunos e com espaço físico, como também a escassez de materiais pedagógicos, a professora **A** relatou que

"... a questão é mais do aluno em si e das famílias, e das pessoas que vivem e não tem domínio com eles, que muitos não entendem o

porquê dessa sala ou para que dessa sala, é a questão assim também os professores que alguns que não entendem muito na questão da inclusão né... que a inclusão é uma filosofia muito boa e bonita e tudinho, mas é uma coisa que paulatinamente está aumentando, está sendo fomentada, com o tempo... as pessoas vão entendendo o que é uma inclusão... mas na sala, a dificuldade mesmo são os próprios alunos e os pais, se a gente tenta fazer uma coisa as mães vêm discutir...

A fala acima é reforçada pela professora **B** quando diz que:

[...] os pais muitas vezes atrapalham não trazendo seus filhos, e nós da escola ficamos muito preocupados, ligamos para sua residência e uma das mães não aceita seu filho na sala, mas a maioria das mães conversadas desenvolve junto com a escola e com a sala (...) a falta de materiais que oferecidos para escola e ainda aqueles que não contempla as dificuldades dos alunos... Eu tento ser dinâmica para resolver questões relacionadas a confecções de materiais manipuláveis, sem contar que a sala não possibilita o trabalho, as crianças de atendimento não gostam do espaço, ele é muito pequeno, tornando a criança e o professor sem muitas possibilidades de desenvolvimento.

Diante das análises dos relatos das duas professoras, acreditamos ser necessário um olhar sensível e comprometido entre a escola e os pais, para que haja mais cumplicidade para resolver questões relacionadas, ao trabalho do professor do (AEE), a sala de recurso multifuncional (SRMF) e as deficiências/transtornos e altas habilidades dos alunos.

Para enfrentar problemas mencionados acima é necessário que a gestão da escola dialogue com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e outros profissionais, para que assim busquem melhores condições de trabalho, como por exemplo, buscar ampliação do espaço físico para o atendimento especializado, pesquisa de novos materiais pedagógicos dentro da sala de recurso multifuncional (SRMF), articular diálogos com os envolvidos (professores, gestores, pais e alunos).

Uma sociedade inclusiva, segundo Sasaki (1997), vai além de garantir ambientes adequados e adaptados para todos, ela constrói solidificando atitudes de aceitação das diferenças, das diversidades, da cooperação conjunta de todos. Tais questões devem ser dialogadas com a equipe da gestão administrativa e o profissional do atendimento educacional especializado (AEE), para desenvolver o

mecanismo que contemplem o desenvolvimento do indivíduo, no que diz respeito às suas limitações, segundo Pasian, Mendes e Cia

Para compreensão do processo de funcionamento das SRM alguns pontos devem ser questionados, como verificar a organização do atendimento a diversidade de alunos, a relação entre o currículo da SRM e das classes comuns que o aluno frequenta e também os limites e possibilidades dos apoios oferecidos, (2014, p.218).

Observando os discursos das professoras **A** e **B**, percebe uma falta de articulação tanto dos pais quanto da parte gestão administrativa, como também da escola no geral. Isso poderia acontecer através da promoção de palestras, oficinas, para sensibilizar todos sobre a importância da sala de recurso multifuncional (SRMF) e sobre o trabalho desenvolvido numa perspectiva de inclusão. É necessário também atendimento diário aos alunos na SRMF. Isto aparece reforçado em falas como a da professora **A**

“[...] O atendimento deveria e deve ser todo dia, principalmente para os surdez que está começando e não sabe libras... se for criança pequenininha ainda vai se adaptando, aí às vezes 50 minutos para uma criança é uma eternidade... mas para mim eu realmente 50 minutos quando dependendo do caso para mim eu acho pouco, mas para meninos que não aguenta enjoa...”

Já a professora **B** relata que

“Depende se for por semana o trabalho desenvolvido tudo direitinho sem a criança faltar compensa, pois, o trabalho com a criança por sessões, é dividido em etapas. Por exemplo você viu que foi desenvolvido com um menino não oralizado, propomos uma atividade no tablet com o jogo das sílabas, que tinha palavras curtas como (bola, casa, faca, cabide, olho, e entre outros) ”

As observações nas SRMF e as entrevistas com as professoras dessas salas apontam para a necessidade de desenvolver tanto estratégias pedagógicas e intervenções específicas, visando propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional desse grupo de alunos, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem. Também foi detectada a necessidade de promover espaços devidamente

constituídos com equipamentos, mobiliário e materiais didáticos pedagógicos e tecnológicos para atender a estes alunos.

Neste sentido, é urgente entender a inclusão não apenas como ofertar vagas e inserir o sujeito deficiente no espaço escolar, mas deve-se, sobretudo, oferecer condições concretas a todos para frequentar a escola pública regular mais próxima de sua casa. Afinal, sabemos que a inclusão é um processo contínuo que precisa ser constantemente revisto para que haja uma educação mais digna, justa e acolhedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre o Atendimento Educacional Especializado-AEE desenvolvido em Salas de Recursos Multifuncionais-SRMF da Rede Municipal do Recife revelou a distância entre os discursos inclusivos e as práticas reais dos segmentos envolvidos na educação desses alunos. Para isso, elegemos duas questões de pesquisa: quem é o profissional que atua nas salas do AEE? O atendimento contribui com o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência?

A observação do trabalho nas SRMF revelou a precariedade da estrutura física das duas salas de recursos, também a falta de conhecimento sobre as Políticas Públicas voltadas para a Inclusão na escola, e por isso, distancia o professor e sua prática, dificultando o trabalho realizado na escola.

No discurso apresentado pelas docentes, uma das professoras relataram a necessidade de mais tempo para o desenvolvimento do trabalho na SRMF, bem como uma maior articulação com as professoras das salas regulares e com as famílias. Isso se configura a falta de articulação entre os sujeitos envolvidos na escola e família com o trabalho do AEE, observamos durante a coleta de dados que as professoras buscavam melhorar essa relação, no entanto, falta-lhes tempo ou mesmo estratégias para tanto.

Por fim, esperamos que este estudo seja capaz de contribuir com o debate sobre AEE em uma escola verdadeiramente inclusiva, que se paute cada vez mais no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALAS DE RECURSOS**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 5, V. 9, p. 1-11, jan/ jun. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa** (1988). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 28/04/2016.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 28/04/ 2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 28/04/2016.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica SEESP/GAB n. 11/2010** de 7 de maio de 2010. Apresenta orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso 04.2016.

CIA, Fabiana; RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Ações do Professor da Sala de Recursos Multifuncionais com os Professores das Salas Comuns, Profissionais e Familiares de Crianças Pré-Escolares Incluídas**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p.85, jan. /jun. 2014. <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/2891/2573>>Acesso: 05/2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO**. Cadernos de História da Educação, n.7, p.29, jan/dez. 2008.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **BARREIRAS ATITUDINAIS: OBSTÁCULOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**. p. 5-7, 2012. Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html>. > acesso em 02.2017.

PASIAN, Mara Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. **Salas de recursos multifuncionais: Revisão de artigos científicos**. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 3, p. 213-225. 2014

RECIFE. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: Subsídios para Atualização da Organização Curricular**. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). __ Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2012. Disponível em:<http://www.recife.pe.gov.br/cidadaniaambiental/upload/pdf/material_adicional/Otros_textos_relevantes/Primeiro_caderno_versao_5_Final_Gestor_rede.pdf > Acesso: 04/2016.

SILVA, H. **Educação em Direitos Humanos: conceitos, valores e hábitos. Exame Teórico-Prático**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação de São Paulo: 1995.

SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Matheus; SENA, Clério Cezar Batista. **Contribuição do psicopedagogo no contexto escolar**. (s.d.), p.04, 2011. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdfsearch?q=SOARES+%26+SENA.+Contribui%C3%A7%C3%A3o+do+psicopedagogo+no+contexto+escolar.+P.+09.&oq=SOARES+%26+SENA.>> Acesso: 05/2016.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.